

Baixada Santista tem mortes por PM sob suspeita

Na comparação do mesmo período em 2017 e este ano, número de vítimas quadruplicou. Parentes de três delas relataram ao GLOBO torturas e execuções, entre casos incluídos em relatório entregue ao Ministério Público

ALINE RIBEIRO
reportagem especial de 12 dias

Vera*, de 55 anos, conta que desmaiou ao chegar ao barraco onde o filho foi morto pela polícia momentos antes, no Jardim Caraguatã, em Cubatão. Ficou em choque ao ver uma sacola suja de sangue e uma corda, que teriam sido usadas para torturar seu primogênito, diz ela, com base nas marcas no corpo. O homem de 34 anos tomava banho quando policiais estouraram cadeado e invadiram a casa, diz ela.

— Meu filho apanhou muito, gritou pedindo socorro. Depois de torturarem no barraco, amarraram num lençol, jogaram numa vassoura e calaram de pau em cima mesmo com ele já morto. Falam que ele trocou tiro com a polícia. Eu quero a filmadora, eu tenho direito de ver a filmadora — disse Vera, em referência às câmeras corporais usadas por parte da PM.

O filho de Vera era réu por tráfico de drogas e é um dos 63 mortos pela polícia nas nove cidades da Baixada Santista neste ano, até o fim de fevereiro, segundo o Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (Gaesp), do Ministério Público de São Paulo. É o quadruplo do número registrado no mesmo período de 2017, início da medição pelo órgão.

O crescimento da violência ocorre em meio à Operação Verão, espécie de segrelação da Operação Escudo, de flagrada em resposta à morte de dois policiais.

Um relatório da Ouvidoria da Polícia e de outras entidades entregue ao Ministério Público de São Paulo no começo da semana reúne casos de crimes com possíveis abusos de autoridade, tortura, execuções sumárias, obstrução à Justiça, fraude processual e outras violações de direitos humanos. O documento foi feito após uma visita a comunidades de Santos e São Vicente. Samira Bueno, diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que participou das visitas, afirmou que a operação atual, além de mais violenta que a do ano passado, está mais espalhada. Ela conta que as entidades têm tido dificuldade para acessar os boletins de ocorrência e muitos não identificam as vítimas.



Procuradora. Operação Escudo, em 2023, ação precedeu a Verão e também contribuiu para mais mortes registradas como de decorrência de confronto com PM

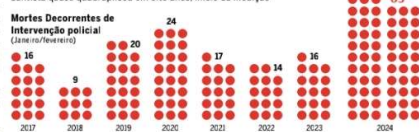
— Em geral, a narrativa é a mesma: os policiais chegaram em determinada área, os suspeitos teriam atirado e eles reagiram à injusta agressão. Com exceção de casos em que os suspeitos teriam sido executados dentro de casa. E isso depois que o policial invadiu a casa sem mandado — afirmou Samira.

Sara* perdeu o irmão, de 33 anos, em uma incursão de policiais da Rota na comunidade do Sabão, em Santos. Ele voltava para a casa, segundo ela com um copo de café numa mão e o celular na outra, quando foi atingido por um disparo de fuzil a 60 metros, por um sniper em cima de uma construção. Ele não chegou a ser levado para o hospital.

Na versão dos policiais, registrada no Boletim de Ocorrência, dois atiradores teriam sido deslocados para o topo de imóveis após a equipe ser recebida à tiros em um ponto de tráfico de drogas. Três indivíduos armados teriam apontado armas de fogo para os PMs. Um dos atiradores, então, disparou e acertou um dos suspeitos. Caido e ferido por um disparo de fuzil, o homem teria feito uma nova "menção de atirar" contra os PMs, que se aproximavam e ele novamente baleado duas vezes, segundo o documento.

ESCALADA DA VIOLÊNCIA

O número de pessoas mortas pela polícia nas nove cidades da Baixada Santista quase quadruplicou em oito anos, início da medição



* Os dados aqui apresentados foram compilados pelo Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial, do Ministério Público de São Paulo

mento. Mas o laudo do Instituto Médico Legal (IML), obtido pelo GLOBO, mostra que ele foi atingido por cinco projéteis de arma de fogo "de alta potência", em vez de três. De acordo com o boletim, com a vítima foram apreendidos uma pistola calibre com numeração raspada, munição, telefones celulares e rádios transmissores.

— Colocaram arma nele, droga, falaram que meu ir-

mão tava vendendo. E assim que eles fazem aqui. Eles te forçam — acusa Sara. Paula* voltava do posto de saúde para sua casa, também no Sabão, quando foi parada na rua e avisada de que seu marido havia sido baleado. Segundo vizinhos, a polícia bateu invadiu a casa do casal e levou a si o corpo estacionado para achar os gritos que vinham da residência. Ao se aproxi-

mar, Paula questionou policiais sobre o que havia ocorrido. Primeiro disseram que estava tudo bem. Depois pediram que se afastasse.

— Logo vi a ambulância chegando e alguém tirando uma pessoa numa lona branca. Reconheci meu marido pelo pé — recorda Paula. — Aqui virou uma guerra.

Ela diz que os policiais lavaram o chão da casa e alteraram a cena do crime. Um

vídeo revelado pelo UOL e obtido pelo GLOBO mostra a casa sendo supostamente lavada diante de PMs. A família diz que a limpeza ocorreu antes da perícia chegar ao local.

O Boletim de Ocorrência informa que a polícia atirou quatro vezes, uma com um fuzil e outras três com uma pistola. O delegado dispensou os policiais de entregarem suas armas para serem periciadas, contrariando o procedimento usual. Nodocumento, alegou que os agentes apresentaram "versões incontroversas". De acordo com o Boletim, havia na casa porções de crack, cocaína e maconha, o que Paula nega. Não há registro de processos contra Paula na Justiça de São Paulo.

SECRETARIANEGA

Procuradora, a Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP) informou que "nenhum relatório citado pela reportagem foi formalizado junto às corregedorias das polícias". Em relação ao caso do marido de Paula, "o local foi preservado até o trabalho pericial", afirmou a pasta. "Após a conclusão, a perícia que atendeu a ocorrência autorizou a limpeza da área citada".

Segundo a secretaria, as mortes em intervenção policial "são consequência direta da reação violenta de criminosos à ação da polícia no combate ao crime organizado, que tem presença na Baixada Santista e já vitimou três policiais militares desde 26 de janeiro". A SSP-SP acrescentou que em todos estes episódios, houve apreensão de armas usadas pelas vítimas e os casos são "rigorosamente investigados pela Polícia Civil e Militar, com acompanhamento do Ministério Público e Poder Judiciário".

A secretaria informou que 821 criminosos já foram presos na operação, inclusive "peças-chave" do crime organizado, como Karen Tanaka Mori, suspeita de lavar dinheiro para o PCC, e Caio Vinícius, acusado de liderar o tráfico de drogas na comunidade onde um dos soldados foi morto. "Mais de meia tonelada de drogas e 89 armas legais, incluindo fuzis de uso restrito, foram retirados das ruas", contabilizou a pasta.

* Todos os nomes foram trocados para preservar a identidade das famílias

Fuga em Mossoró: ministério investiga construtora

Pasta da Justiça abre processo contra empresa contratada para reformar pátio por não guardar alicate usado por fugitivos

EDUARDO GONÇALVES
reportagem especial de 12 dias

O Ministério da Justiça abriu um processo por "desrespeito a determinações contratuais" contra a construtora responsável pela reforma do pátio para banhos de sol do presídio federal de Mossoró (RN), de onde dois detentos, Delbison Nascimento e Rogério Mendonça, escaparam em 14 de fevereiro. No pátio, os dois arranjaram uma fer-

ramenta para cortar a cerca de alambirado e fugir. Segundo a PF, o objeto foi fundamental para Delbison e Rogério e não estava guardado de forma adequada. Procurada, a empresa não se manifestou.

A PF pediu os dados de todos os funcionários que trabalharam na obra para saber se algum tem ligação com o crime organizado. Os dois fugitivos são vinculados ao Comando Vermelho e planejavam fundar uma nova facção criminosa no Acre,

segundo apurações do Ministério Público do estado. Procurado, o Ministério da Justiça confirmou que a construtora passou a ser investigada pela PF e que era de sua obrigação de guardar as ferramentas usadas na reforma. "Foi instaurado um procedimento sancionatório contra a Construtora Dantas", informou a pasta, acrescentando que o processo foi aberto pelo Núcleo de Sanções da Diretoria Executiva da Secretaria Na-

cional de Políticas Penais (Senappen). A empresa ganhou um contrato de R\$ 575 mil para fazer um muro de concreto armado entre 17 de abril de 2023 e 17 de agosto deste ano. Os investigadores da PF consideraram suspeita a maneira como os objetos foram deixados no local ao invés de serem acondicionados em um recinto fechado. Outro fato que chamou atenção é que uma luminária do lado de fora do

predio estava com o disjuntor desligado.

A polícia abriu um inquérito para apurar se houve facilitação na fuga por parte de algum agente penitenciário ou funcionário terceirizado. A Senappen também instaurou uma sindicância paralela para apurar as circunstâncias do ocorrido.

O sócio-administrador da empresa, Rafael Dantas, é réu em pelo menos duas ações penais na Jus-

tiça do Rio Grande do Norte, por fraude em licitações e associação criminosa. Procurado por telefone e pelo advogado, ele não quis se pronunciar.

Dantas foi denunciado com outros empresários por ter "frustrado mediante montagem e combinação, em comunhão de des-

signios, o caráter competitivo" de licitações no município de Paranimirim, na Região Metropolitana de Natal. Os contratos se destinavam a pavimentar ruas e construir obras públicas da cidade, onde fica a sede da empresa. O esquema também envolvia um secretário de obras da prefeitura de Paranimirim.